



PRECONCEITO

Presidente do BB coleciona postagens machistas e preconceituosas

No governo Bolsonaro é assim. Cada mergulho é um flash. Todos os dias, os brasileiros são surpreendidos com uma série de ações e declarações absurdas da equipe de governo. A mais recente, pelo menos até o fechamento desta edição, vem do presidente do Banco do Brasil.

Nas redes sociais, Rubem Novaes coleciona postagens machistas e preconceituosas. Em uma das publicações, usa uma montagem para ofender a ex-presidente da República, Dilma Rousseff, e a ex-presidente da Petrobras Graça Foster. Na legenda, destila o preconceito: "o uso da burca no Brasil deveria ser obrigatório, isso não é uma equipe de governo, é um trem fantasma".

Em outra, associa a mulher apenas as atividades do domésticas e continua com piadas com o mote "loira burra". Um desrespeito. Depois da chuva de críticas, na noite do dia 10 de janeiro Rubem Novaes apagou as postagens da conta do Facebook.



Bancos públicos estão no olho do furacão



O poder econômico está de olho em todo patrimônio nacional. Para isso, conta com a ajuda do governo. Nos bancos públicos, os presidentes nem bem foram empossados e já anunciam medidas que comprometem as empresas. É o caso da venda de ativos no BB e das operações de cartões, seguros, asset e loterias na

Caixa.

As iniciativas, na verdade, fatiam as instituições. É a venda de braços importantes para o capital privado. Um caminho sem volta, que compromete os projetos e programas desenvolvidos pelos bancos públicos, a exemplo do financiamento habitacional e da agricultura familiar, responsável por levar comida para a mesa de milhões de brasileiros.

O desmonte dos bancos públicos e uma possível privatização deixa o Brasil de mãos atadas, impossibilitado de enfrentar uma eventual crise econômica. Manter as empresas do setor longe do capital privado é tão importante que depois da recente crise mundial, diversos países europeus reestatizaram os bancos.

Vale destacar que pesquisa do Datafolha divulgada nesta semana mostra que 60% dos brasileiros são contra as privatizações das estatais. Uma dica para o governo.

158 anos da Caixa: o que os empregados têm a comemorar?

No dia 12 de janeiro, a Caixa Econômica Federal completou 158 anos de existência. Apesar de a sociedade brasileira ter muito a comemorar por poder contar com um banco 100% público, os empregados devem estar prontos para a luta em defesa dos direitos arduamente conquistados.

“Atravessamos períodos conturbados, mas os empregados da Caixa sempre deram exemplo de organização e luta. Nesse aniversário da Caixa, quem realmente merece os parabéns são aqueles que constroem esse banco diariamente e o defendem com unhas e dentes: os seus empregados”, afirma o diretor do Sindicato e coordenador da CEE/Caixa, Dionísio Reis.

Relembre a história de luta e conquista dos empregados:

Primeiro Conecef e greve das 6 horas

O início do Conecef, o Congresso Nacional dos Empregados da Caixa, remonta a 1985. Em outubro do mesmo ano foi deflagrada greve histórica, a primeira na Caixa, e teve 100% de adesão. A mobilização assegurou a tramitação, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que instituiu a jornada de 6 horas. E na sequência, outro projeto garantiu o direito de os trabalhadores do banco poderem se organizar em sindicatos de bancários.

Anos 1990

Os anos 1990 foram marcados pela mobilização e resistência dos empregados contra as intenções privatistas de governos neoliberais. Essa luta teve início no governo do ex-presidente Fernando Collor de Melo, que demitiu 2,5 mil empregados concursados. O ato, classificado de arbitrário e abusivo, desencadeou em todo o Brasil intensa campanha pela manutenção dos demitidos. A readmissão de todos os demitidos foi uma das principais conquistas da campanha salarial de 1990, constando em acordo coletivo. Serviu também para combater o arrocho salarial no banco, resultado da política privatizante de Collor.

A Fenae lançou a campanha “não toque em meu companheiro”, em prol de

outros 110 demitidos, mobilizando 35 mil empregados da Caixa que doaram o equivalente a um dia de ticket alimentação. Após o impeachment do então presidente, em 1992, aqueles empregados foram readmitidos.

FHC

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os bancos públicos ficaram na mira do programa nacional de desestatizações. O resultado disso foram demissões em massa, arrocho salarial e até mesmo fraudes nos balanços das instituições para simular falsos prejuízos aos cofres da União e, assim, justificar suas vendas.

Na ânsia por privatizar os bancos, o governo tucano reduziu em muito os postos de trabalho. Na Caixa eram 65 mil trabalhadores em 1994, caiu para 63.423 em 1995 e, no último ano de FHC, o quadro de empregados estava reduzido a 55.691 bancários.

No governo FHC, a Caixa, que em 1995 apresentou lucro de apenas R\$ 678 milhões, era usada como “lixreira” de bancos falidos. Segundo informações do livro do jornalista econômico Aloysio Biondi, O Brasil Privatizado, “na quebra do Banco Econômico, por exemplo, a CEF comprou a carteira imobiliária do banco. Valor: R\$ 1,7 bilhão. Na quebra do Bamerindus, a mesma coisa.”

Além disso, sob o governo FHC, empregados da Caixa amargaram diversas campanhas com reajuste zero. Houve a tentativa de dividir os empregados com a adoção de direitos diferenciados a quem entrou antes e após 1998, além de perseguições e demissões por meio de um instrumento administrativo: o RH 008, e diferenciação para os ingressantes no REB e plano de saúde. Até mesmo os delegados sindicais foram discriminados com o claro objetivo de se impedir a livre organização no local de trabalho.

Conquistas de novos direitos

Os governos Lula e Dilma foram marcados pelo fortalecimento da Caixa enquanto banco público. Ao mesmo tempo, a luta dos empregados surtiu efeito e o diálogo com o governo federal se tornou permanente e efetivo.

Nesse período, os empregados conquistaram, entre outros direitos, o

Saúde Caixa, que existe desde 2004 e é regido pelo Acordo Coletivo de Trabalho específico com o banco; a democratização da Funcef, com a Lei Complementar nº 108, que determinou que os conselhos deliberativos e fiscais dos fundos de pensão tivessem composição paritária entre representantes dos participantes e dos patrocinadores; o Novo Plano, iniciado em 2006, único Plano de Previdência Complementar Fechada aberto às novas inscrições de empregados da Caixa; o Plano de Cargos e Salários 2008 (PCS 2008), arrancado na greve de 2007; e a PLR Social, conquistada em 2010.

Novos ataques

A partir do golpe de 2016 teve início um novo período de intensos ataques contra a Caixa 100% Pública e seus empregados no governo Temer, com redução das operações, corte no número de empregados com planos de aposentadoria e demissões voluntárias, tentativa de abertura de capital e fatiamento do banco público. Nesse contexto, a luta dos empregados em defesa da Caixa 100% Pública, empregos e direitos se intensificou ainda mais. A campanha vitoriosa de 2016 manteve os direitos por dois anos e abriu a discussão sobre descomissionamentos.

Em 2018, em uma campanha vitoriosa, os empregados da Caixa conquistaram, após longas e duras negociações entre a representação dos trabalhadores e o banco aumento real, manutenção de todos os direitos, Saúde Caixa, PLR na regra Fenaban e PLR Social, além de novas conquistas como a vedação à empresa de descomissionar mulheres em período gestacional e na licença-maternidade; e licença “gala” de oito dias também para união estável.

2019 promete muita luta

Com a posse do novo presidente da Caixa, o privatista Pedro Guimarães, que já assumiu confirmando que deve fatiar e vender partes do banco público, afastando-o da sua fundamental função social e aproximando-o de uma lógica estritamente privada, o que também ameaça empregos e direitos, o próximo período exigirá dos empregados da Caixa muita unidade e mobilização.

Fonte: Seeb SP